



Dados preliminares sobre os custos de produção do Abacate demonstraram resultados positivos em MG e SP

A produção de abacate em São Gotardo, Minas Gerais, e em Piraju, São Paulo, apresentou resultados econômico-financeiros positivos para os produtores, de acordo com o levantamento de custos de produção do Projeto Campo Futuro/2016. O Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR) nas duas regiões demonstraram resultados favoráveis para investimento, considerando as condições atuais.

Analisando os dados preliminares obtidos junto aos produtores rurais, técnicos, sindicatos rurais e respectivas Federações de Agricultura e Pecuária dos estados, os saldos de caixa médios gerados com a produção foram positivos a partir do quarto ano após a implantação dos pomares, como se observa no Gráfico 1.

Devido às características da produção de abacate, a produtividade média de cada propriedade típica foi considerada integralmente a partir do sexto ano após a implantação dos pomares. Considerou-se, respectivamente, uma proporção de 25%, 50% e 75% da produtividade integral no terceiro, quarto e quinto anos. Nos anos seguintes, foi mantida uma produtividade constante.

A análise considerou um período de 25 anos de existência do projeto. No investimento, foram avaliados todos os bens de capital de cada propriedade típica, excetuando-se a aquisição da terra. O montante total foi fracionado entre os três primeiros anos de projeto, sendo que no primeiro ano os valores de implantação da lavoura foram integrais, e nos demais houve um fracionamento de 50% do restante do investimento para cada um.

Nestas condições, o VPL em São Gotardo (MG) foi de R\$ 503.280,48 e a TIR, de 16,81%. Já em Piraju (SP), o VPL foi de R\$ 889.231,84 e a TIR de 24,10%. No primeiro município, os investimentos em pomares, tratores, máquinas e implementos são maiores em relação ao segundo, onde as benfeitorias se destacaram. Além disso, a produtividade no município mineiro, que é de 15 toneladas por hectare, foi 13,33% menor em comparação com o município de Piraju o que influencia diretamente as receitas geradas. Em maio deste ano, o preço médio recebido pelos produtores nestas regiões foi de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.440,00, por tonelada, respectivamente.

A taxa de desconto utilizada, de 14,15%, se referiu ao equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e

de Custódia (Selic) observada em maio deste ano, e os saldos de caixa para cada região dizem respeito às médias dos valores observados no acompanhamento de custos e preços, realizado pelo Centro de Inteligência em Mercados (CIM) no mesmo mês.

O VPL é a diferença entre a soma do valor presente dos saldos de caixa gerados ao longo de um projeto, descontando-se uma determinada taxa de juros e o investimento inicial.

A TIR demonstra qual é a taxa de remuneração de um investimento realizado em um projeto ou negócio. Corresponde à taxa que gera um VPL zero, visto que os valores presentes dos saldos de caixa a futuro se igualam ao investimento inicial.

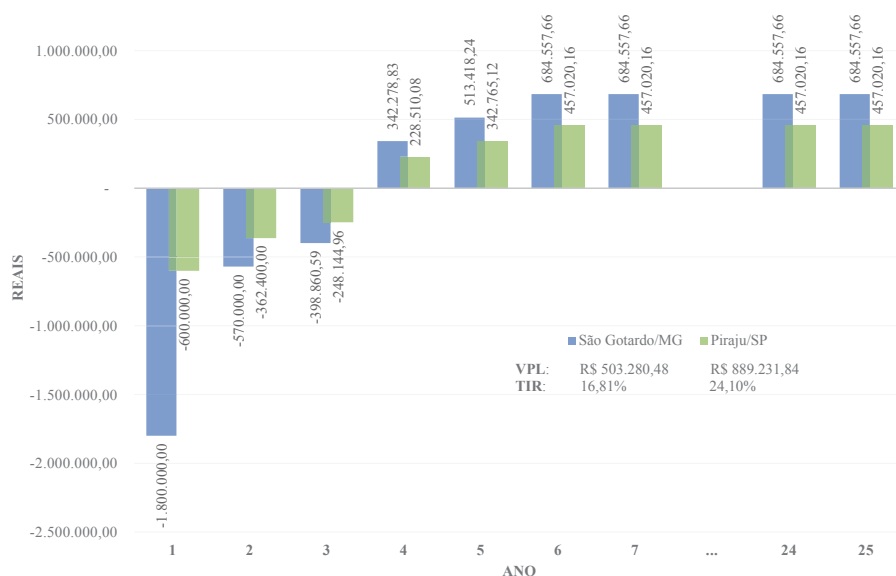


Gráfico 1: Saldos de caixa médios, VPL e TIR da produção de Abacate em São Gotardo/MG e Piraju/SP.
Fonte: Projeto Campo Futuro – CNA-CIM/UFLA
Elaboração: CIM/UFLA

Diferenças de custos nas cidades de Avaré e Ibitinga demonstram impacto da economia de escala nos resultados da citricultura em São Paulo

O momento vivenciado pela citricultura brasileira, em relação à remuneração do produtor, tem apresentado melhorias em comparação às últimas safras. Em meio à realidade vivenciada pela indústria paulista, de menor oferta de suco, as relações comerciais na cadeia agroindustrial tem possibilitado maior equilíbrio entre oferta e demanda. Mesmo com cenário podendo se manter, a médio prazo, as diferentes unidades produtivas no estado de São Paulo devem avaliar suas estratégias e buscar aumentar sua competitividade, em relação à gestão de riscos e, especialmente, no caso dos custos de produção.

Os dados preliminares sobre os custos de produção no estado de São Paulo mostram que o Custo Operacional Efetivo (COE), nas cidades de Avaré e de Ibitinga, municípios relativamente próximos, foram de R\$ 20.719,53 e R\$ 13.957,11 por hectare em maio respectivamente. No primeiro município, a propriedade típica (modal) possui 100 hectares com pomares em produção, e uma produtividade de 1.428 caixas por hectare. No segundo município, a propriedade típica possui 63 hectares e produtividade de 952 caixas por hectare.

Apesar dos custos por hectare em Avaré serem 48% superiores aos de Ibitinga, ao analisar o custo unitário, por caixa de 40,8 quilogramas, observa-se que em Avaré o COE é menor. Em Ibitinga o COE foi de R\$ 14,66 por caixa, segundo os nú-

meros de maio deste ano, enquanto em Avaré foi de R\$ 14,51 por caixa.

Como demonstrado no Gráfico 2, o estande de plantio é o mesmo em ambos municípios, 476 plantas por hectare. Além disto, os dois municípios possuem um sistema de cultivo não irrigado e tipo de produção semimecanizado.

Os custos por hectare mais elevados em Avaré refletem principalmente o impacto da colheita e pós-colheita, indicando maior quantidade de serviços empregados nesta etapa do processo produtivo que, em parte, está relacionado à maior produtividade. Esse dado, porém, não

pode ser analisado de forma categórica, pois existem diferenças entre os demais componentes de custos, em menor proporção.

Neste cenário de preços maiores, é evidente a maior lucratividade de Avaré, devido à economia de escala. Esta é uma situação estratégica. Isso porque na medida em que há maior utilização de mão de obra, dos insumos agrícolas e da mecanização, ou seja, dos recursos necessários à produção, menores são os custos gerados. Assim, com preços de venda maiores, mantendo-se os custos relativamente constantes, as margens de lucro também aumentam.

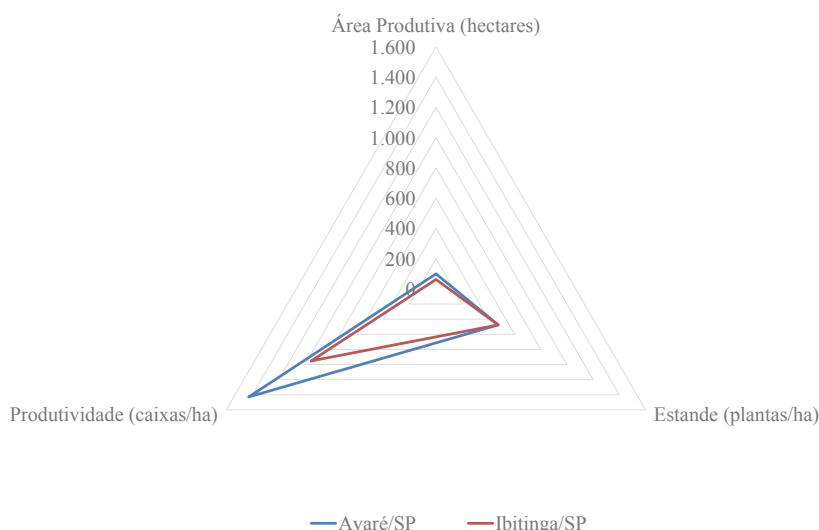


Gráfico 2: Área produtiva, estande de plantio e produtividade média da laranja em Avaré/SP e Ibitinga/SP, em 2016. Fonte: Projeto Campo Futuro – CNA-CIM/UFLA. Elaboração: CIM/UFLA

Mão de obra na produção de goiaba representa 41% do COE em Petrolina (PE)

O Custo Operacional Efetivo (COE) da produção de goiaba em Petrolina (PE) foi de R\$ 529,73 por tonelada em maio deste ano. Segundo os participantes do painel de levantamento de custos de produção a cultivar mais comum na propriedade típica (modal) é a "Paluma", com manejo semimecanizado e sistema de cultivo irrigado. Foi considerada uma área com pomares de 3 hectares em pro-

dução plena, e uma produtividade média de 40 toneladas por hectare.

O grupo de custos de pessoal na condução do pomar representa a maior parcela do COE (22,37%), seguido por Colheita e pós-colheita (20,25%). Neste, os gastos com pessoal representam perto de 90%, indicando que os custos com mão de obra representam 41% do COE

no município.

Como observado no Gráfico 3, os Gastos gerais, que incluem materiais diversos, custos administrativos e impostos, dentre outros itens, representam 17,14% do COE, seguidos pelos custos com água e energia elétrica de irrigação (12,60%), Manutenções (10,77%), Fertilizantes (8,91%), Produtos fitossanitários

(4,30%), Corretivos (2,36%) e Mecanização (1,30%). Segundo os participantes do painel, não são necessários recursos de terceiros para cobrir o COE no município, não gerando, portanto, juros de custeio.

Com um preço médio pago ao produtor de R\$ 1.086,00 por tonelada em maio, a Margem Bruta (MB = Receita Bruta – COE) no município foi de R\$ 556,27 por tonelada. Nesta condição, seria necessá-

rio vender 19,52 toneladas, 48,80% da produtividade, para cobrir o COE em um hectare. Para pagar os custos com mão de obra em um hectare, seria necessário vender outras 8 toneladas.

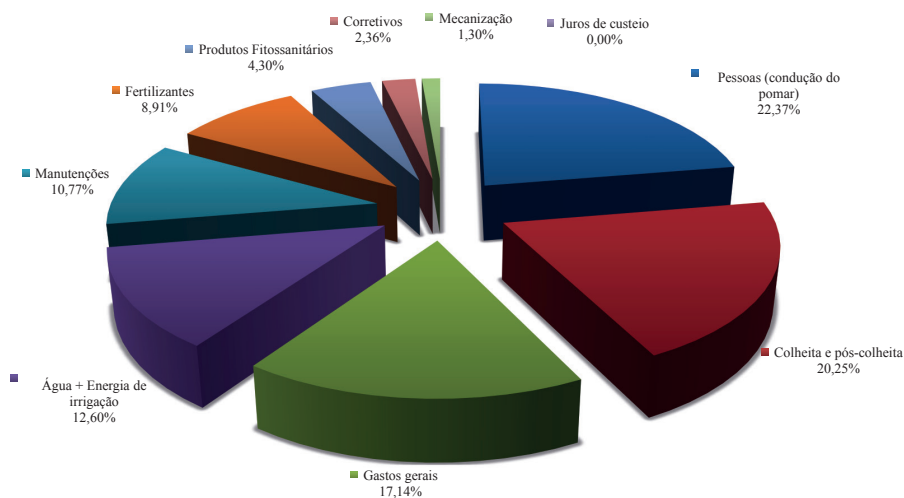


Gráfico 3: Composição média do COE da produção de goiaba em Petrolina/PE, em maio/16.

Fonte: Projeto Campo Futuro – CNA-CIM/UFLA

Elaboração: CIM/UFLA

Preço de exportação do melão, em Real, no primeiro semestre, foi o mais alto dos últimos cinco anos

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a quantidade exportada de melão nos primeiros cinco meses de 2016 foi de aproximadamente 53.715 toneladas, representando 98,5% do total exportado no mesmo período de 2015.

A quantidade exportada em 2016 deverá superar a do ano passado de maneira expressiva, em função da colheita no segundo semestre. Além disso, a norma que possibilitará ao Brasil exportar melão e outras frutas para o Japão foi atualizada, e está prevista para entrar em vigor em novembro próximo. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a China também poderá liberar as importações de melão brasileiro. Agentes do órgão de defesa agropecuária daquele país já visitaram a região Nordeste, onde avaliaram e conheceram o sistema de cultivo e os controles fitossanitários praticados nas principais regiões produtoras.

O valor médio de exportação (Free on

board - FOB) para o quilograma de melão, segundo o MDIC, está em US\$ 0,62 até o momento, valor 3,32% menor que a média do valor de exportação de 2015, e o menor valor unitário dos últimos cinco

anos. Entretanto, em função da taxa de câmbio, que em média foi de R\$ 3,761 por US\$ 1,00 de janeiro a maio deste ano, o valor de exportação está em R\$ 2,34 por quilograma, o maior do período. 🌱

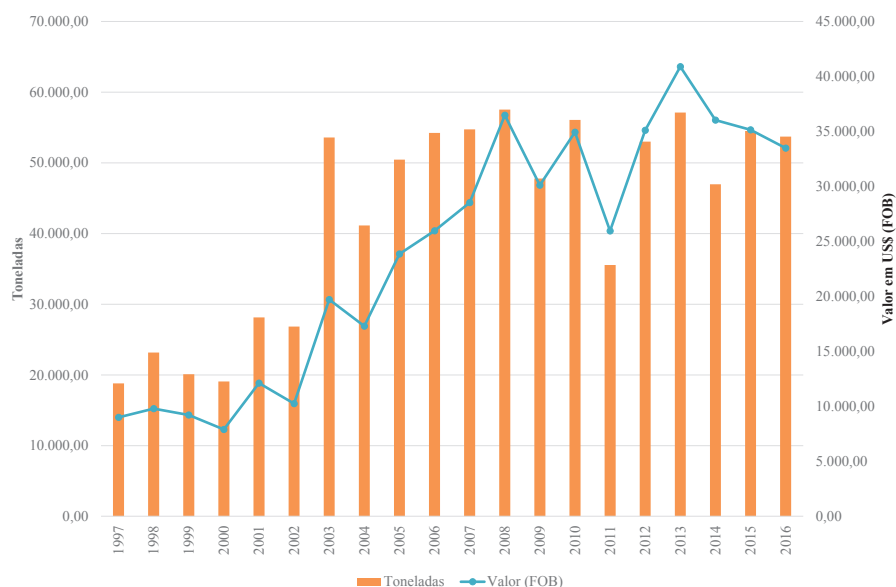


Gráfico 4: Quantidade exportada de melão e valor FOB da exportação de 1997 a maio de 2016. Fonte: MDIC.

Fonte: Projeto Campo Futuro – CNA-CIM/UFLA

Elaboração: CIM/UFLA